

Quatro pontos já definidos, falta o juro

EDUARDO BRITO
Editor de Economia

Os bancos credores do Brasil já aceitaram quatro pontos de entendimento para a rolagem da dívida externa brasileira, dentro das negociações que mantêm com o presidente do Banco Central, Affonso Celso Pastore, em Nova Iorque. Resta definir, porém, a questão dos juros - se podem ou não ser calculados sobre a **libor** europeia e não sobre a **prime** norte-americana, além de um eventual exame de ideia de sua capitalização parcial - e, embora todos neguem, falta também um sinal verde do futuro governo.

A informação já chegou, em Brasília, ao Ministério da Fazenda. No Rio, foi confirmada

por um banqueiro norte-americano que, no passado, participou ativamente de negociações desse gênero. Agora, os técnicos da Fazenda voltaram a acreditar que Pastore possa regressar ao Brasil com um acordo básico definido.

Os quatro pontos principais de acerto são:

1) Prazo para pagamento do principal da dívida na faixa dos 14 a 15 anos, com cinco anos de carência. Se é um prazo ligeiramente inferior ao pedido pelo Brasil, reproduz as condições obtidas pelo México.

2) Refinanciamento de todas as **commitment fees**, as taxas de comissão usualmente cobradas pelos bancos e incor-

poradas à dívida.

3) Redução do **spread** cobrado ao Brasil em quase um ponto percentual. Se o **spread** é hoje superior a 2 por cento (é a taxa de risco considerada inerente ao país), poderia ser reduzida a algo como 1,2 por cento, embora boa parte dos bancos pretenda taxas ligeiramente superiores.

4) Privatização gradativa do débito brasileiro. Quando, a partir dos cinco anos de carência, uma empresa estatal, por exemplo, pagar uma dívida, terá direito a **rolar** no máximo 90 por cento dela. Já a empresa privada que faça o mesmo poderá refinanciá-la em até 110 por cento.